



# Parques & Sociedade

Nº12 | 2021 | EIXO: *Conservação*

## Panorama mundial da conservação da biodiversidade: balanço das Metas de Aichi e perspectivas para 2050



Parques&Sociedade é uma série de conteúdo que visa compartilhar informações relevantes e boas práticas relacionadas aos parques urbanos e naturais, além de outras áreas verdes, para que as pessoas conheçam os seus benefícios. A cada edição você terá acesso a um estudo que ilustra a relevância desses locais sob diferentes aspectos, sejam eles econômicos, sociais, ambientais ou culturais.

Esperamos que você aproveite a leitura e compartilhe!

### **PUBLICAÇÃO**

Panorama da Biodiversidade Global 5 (GBO -5).

### **TÍTULO ORIGINAL EM INGLÊS**

*Global Biodiversity Outlook 5* (GBO-5).

### **PUBLICADO EM**

Website da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), agosto de 2020.

[ACESSE O ARTIGO ORIGINAL](#)



### **POR QUE O SEMEIA ESCOLHEU ESTE ARTIGO?**

O dia 22 de maio é o **Dia Internacional da Biodiversidade** e, em celebração a essa importante data, esta edição de Parques&Sociedade apresenta um balanço global de como a conservação da biodiversidade tem sido abordada nas últimas décadas na agenda internacional, o que foi feito até 2020, e para onde estamos caminhando quando o assunto é a preservação da diversidade biológica do nosso planeta.

Nesse sentido, reunimos aqui as informações contidas no Sumário para Formuladores de Políticas Públicas, que integra a 5ª edição do *Panorama da Biodiversidade Global*, publicação elaborada pela Convenção sobre a Diversidade Biológica e lançada no segundo semestre do último ano.

O relatório revela que o quadro atual é preocupante, uma vez que o ritmo em que a sociedade utilizou e tem utilizado os recursos naturais não é mais sustentável e pode comprometer a biodiversidade e os diversos serviços ecossistêmicos que ela provê à população. Contudo, ainda é possível reverter o cenário por meio de ações e políticas ambientais globais integradas, desde que tenham sinergia entre os diversos atores envolvidos e diferentes áreas da vida humana, como a agricultura e a infraestrutura urbana.



## Introdução

Nos últimos 50 anos, a sociedade global passou por inúmeras transformações, como o fortalecimento do comércio mundial, o crescimento populacional, o aumento do consumo e a intensificação dos processos de urbanização.

Ao mesmo tempo em que essas mudanças permitiram que mais pessoas tivessem acesso a alimentos, energia e demais bens de consumo, também impulsionaram e contribuíram para a degradação dos recursos naturais em um ritmo tão acelerado que se torna preocupante. Muitos especialistas associam essas transformações com a crescente perda de biodiversidade, que segue alcançando taxas sem precedentes na história.

Diante desse cenário, é importante lembrar que a **biodiversidade**, além de ser primordial para o meio ambiente, também está diretamente relacionada ao fornecimento de alimentos, água, energia e outros recursos, ao desenvolvimento econômico e às respostas adaptativas às mudanças climáticas. A diversidade biológica incide, ainda, sobre a saúde humana e o bem-estar social por meio de contribuições intangíveis, tais como conhecimento e experiências físicas e psicológicas adquiridos no contato com a natureza.

A relevância do tema biodiversidade apareceu pela primeira vez nas agendas diplomáticas mundiais em 1972 durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Mais tarde, em 1992, durante a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, foi estabelecida a **Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)**, que passou a vigorar a partir de 1993.

Em 2010, a CDB aprovou o **Plano Estratégico para a Biodiversidade** que estabeleceu metas e objetivos relacionados à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade mundial para serem cumpridos entre 2011 e 2020 – são as chamadas **Metas de Aichi**<sup>1</sup>. Entre as diversas iniciativas realizadas pela Convenção, está a publicação de relatórios para registrar os avanços e retrocessos sobre a situação da diversidade biológica e das medidas tomadas pela comunidade global para garantir que a biodiversidade seja conservada e usada de forma sustentável. Estes documentos estão organizados na série **Panorama da Biodiversidade Global**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Metas de Aichi foram acordadas durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP-10), realizada em 2010, na cidade de Nagoya, Província de Aichi, Japão – denominação que dá origem ao nome do conjunto de metas.

<sup>2</sup> Estas publicações podem ser encontradas no site da CDB: <https://www.cbd.int/gbo/>.



Em sinergia com as reflexões que marcam o **Dia Internacional da Biodiversidade**, celebrado em 22 de maio, esta edição de Parques&Sociedade apresenta um panorama sobre a situação atual da diversidade biológica no mundo tendo como ponto de partida a análise do cumprimento das Metas de Aichi. A partir desse balanço e das lições aprendidas, foram elaboradas orientações para melhorar o desempenho global frente à conservação da biodiversidade, ou seja, recomendações de ações e estratégias para serem adotadas pós-2020 e rumo a 2050.

As informações e análises aqui apresentadas foram baseadas no Sumário para Formuladores de Políticas Públicas do 5º Panorama da Biodiversidade Global (GBO-5; em inglês, *Global Biodiversity Outlook #5*). Dessa forma, esperamos lançar luz sobre o tema da biodiversidade, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento das diversas atividades humanas e para a qualidade de vida. Além disso, a preocupação com a conservação e preservação dos recursos naturais é relevante também para outras agendas no âmbito internacional, tais como o desenvolvimento sustentável e a mitigação das mudanças climáticas. Assim, esperamos que esta edição possa inspirar o debate e a adoção de medidas em prol da biodiversidade, pensando na sobrevivência das gerações atuais e futuras.

#### SAIBA MAIS SOBRE A CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB) +

A Convenção foi estabelecida durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. Atualmente, compreende o principal fórum mundial para questões relacionadas à biodiversidade.

Trata-se de um tratado internacional com o objetivo de estabelecer regras e orientações para assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos, respeitando a soberania de cada um dos mais de 160 países signatários sobre o seu patrimônio.

A CBD concentra assuntos e decisões relacionadas, direta ou indiretamente, à diversidade biológica, e determina e organiza, portanto, um arcabouço legal e político para diversas outras convenções e acordos ambientais mais específicos,



por exemplo aqueles relativos a biossegurança, recursos fitogenéticos para a alimentação e agricultura, entre outros assuntos.

Mais informações em: <https://www.cbd.int/>

## Como os resultados foram obtidos?

O Sumário para Formuladores de Políticas Públicas do 5º Panorama da Biodiversidade Global (GBO-5), elaborado pela CDB, apresenta o progresso da implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade, no período de 2011 a 2020. Para isso, a Convenção obteve os resultados quanto ao status do cumprimento de cada uma das Metas de Aichi a partir de uma série de indicadores, pesquisas, estudos e relatórios nacionais de países participantes da Convenção, em particular os documentos produzidos pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos<sup>3</sup> (em inglês, *International Platform on Biodiversity and Ecosystem Services* – IPBES).

Além de um balanço do cumprimento das Metas de Aichi, o GBO-5 destaca o avanço observado em 10 das 20 metas, assim como as lições aprendidas no processo de implementação desses objetivos. A partir disso, foram, então, elaboradas orientações e recomendações para serem adotadas no âmbito mundial pós-2020.

### SAIBA MAIS SOBRE A INTERNATIONAL PLATFORM ON BIODIVERSITY AND ECOSYSTEM SERVICES (IPBES) +

A IPBES conta com cerca de 120 países-membros e aproximadamente 1000 cientistas de todo o mundo e tem como objetivo informar os governos sobre o estado da biodiversidade, dos ecossistemas e dos serviços prestados pela natureza, ou seja, é uma plataforma que faz a interface entre ciência e política

<sup>3</sup> Saiba mais sobre a IPBES - International Platform on Biodiversity and Ecosystem Services em: <https://ipbes.net/history-establishment>. Acesso em: 20 abr. 2021.



para o monitoramento, avaliação e aprimoramento de estratégias em favor da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

Mais informações em: <https://ipbes.net/history-establishment>

## Quais os principais resultados?

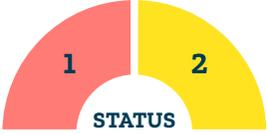
A implementação do Plano Estratégico para a Biodiversidade compreende o balanço do cumprimento de cada uma das Metas de Aichi. O **QUADRO 1**, disponível a seguir, na página 7, traz cada uma das metas e seus respectivos objetivos, indicados com números entre parênteses.

O progresso de cada objetivo está representado graficamente nos ícones de semicírculo disponíveis no **QUADRO 1**. Cada cor do semicírculo indica uma avaliação quanto ao cumprimento do objetivo:

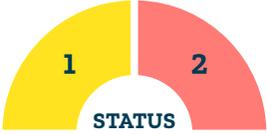
- Azul indica que foi cumprido além do previsto;
- Verde mostra que foi ou provavelmente seria alcançado até 2020;
- Amarelo aponta que houve progresso, mas não foi atingido totalmente;
- Vermelho sinaliza que não houve nenhuma mudança significativa;
- Roxo indica uma tendência para o não cumprimento do objetivo;
- Cinza são casos em que não foi possível avaliar.

Para se considerar uma Meta de Aichi como alcançada, todos os objetivos devem estar azuis ou verdes; parcialmente alcançada, pelo menos um de seus objetivos deve ter sido atingido. Já as metas consideradas como não cumpridas são aquelas em que nenhum dos objetivos foi alcançado. Além da sinalização por cores, o **QUADRO 1** apresenta um pequeno resumo sobre a implementação de cada meta. À vista disso, foi feito um balanço geral das metas, o qual considera quais foram cumpridas ou não, e os dez avanços da última década que merecem destaque. Além disso, foram listadas oito lições aprendidas com a implementação do Plano Estratégico para Biodiversidade (2011-2020) que podem contribuir para as definições pós-2020.

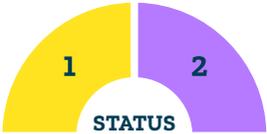
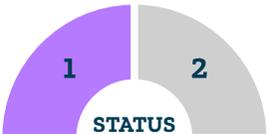
**QUADRO 1.** Avaliação da situação das 20 Metas de Aichi e seus respectivos objetivos, no período de 2011 a 2020.

Meta de Aichi	Sinalização quanto ao progresso dos objetivos	Resumo da implementação
<p>1. Até 2020, as pessoas devem estar cientes do valor da biodiversidade (1) e do que podem fazer para conservá-la e para usá-la de forma sustentável (2).</p>		<p>Houve um aparente aumento na proporção de pessoas que ouviram a respeito e compreenderam o conceito de biodiversidade. Esse entendimento parece ter aumentado mais rapidamente entre os jovens. Uma pesquisa recente sugeriu que mais de um terço das pessoas nos países de maior diversidade biológica tem alta consciência do valor da biodiversidade e das medidas necessárias para sua conservação e uso sustentável.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p>2. Até 2020, os valores de biodiversidade devem estar integrados a estratégias de desenvolvimento e de redução da pobreza (1), a processos de planejamento nacionais e locais (2) e estar incorporados à contabilidade nacional (3), de maneira adequada, e a sistemas de documentação e comunicação (4).</p>		<p>Muitos países relatam exemplos de incorporação do conceito de biodiversidade em vários processos de planejamento e desenvolvimento. Observa-se uma tendência de aumento de países que incorporam esses valores em sistemas de mensuração e em relatórios nacionais. Ao mesmo tempo, existem menos evidências de que esse conceito foi verdadeiramente integrado às medidas de planejamento da redução da pobreza.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p>3. Até 2020, incentivos – incluindo subsídios – nocivos à biodiversidade devem ter sido eliminados ou reformulados para minimizar ou evitar impactos negativos (1), e incentivos positivos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade devem ter sido desenvolvidos e aplicados (2), em consistência e harmonia com a CDB e outras obrigações nacionais relevantes, levando em conta as condições socioeconômicas de cada país.</p>		<p>No geral, pouco progresso foi feito para a eliminação ou revisão de subsídios e outros incentivos potencialmente prejudiciais à biodiversidade e para o desenvolvimento de incentivos positivos para a conservação e o uso sustentável. Poucos países avançaram na identificação de incentivos que prejudicam a biodiversidade. Além disso, subsídios prejudiciais são predominantes em atividades como a pesca e o controle do desmatamento.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>



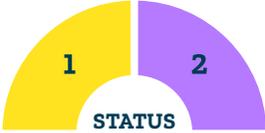
<p>4. Até 2020, governos, empresas e tomadores de decisão, em todos os níveis, devem seguir etapas para alcançar ou ter planos implementados para consumo e produção sustentável (1) e devem manter os impactos do uso de recursos naturais dentro dos limites ecológicos seguros (2).</p>		<p>Embora um número crescente de governos e empresas estejam desenvolvendo planos para produção e consumo mais sustentáveis, eles não estão sendo implementados em uma escala que elimina o impacto negativo sobre a biodiversidade. Enquanto recursos naturais estão sendo usados de forma mais eficiente, a demanda por eles continua a aumentar, e, portanto, os impactos de seu uso permanecem bem acima dos limites ecológicos seguros.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p>5. Até 2020, a taxa de perda de todos os habitats naturais (2), incluindo florestas (1), deve ser reduzida a mais que a metade e, se possível, levada a zero, e a degradação e a fragmentação também devem ser significativamente reduzidas (3).</p>		<p>A taxa recente de desmatamento é menor do que na década anterior, mas isso corresponde apenas a pouco menos de um terço, e o desmatamento pode estar acelerando novamente em algumas áreas. Perda, degradação e fragmentação de habitats continuam altas em florestas e outros biomas, especialmente em locais de rica diversidade biológica situados em regiões tropicais. Áreas úmidas e de vegetação nativa seguem diminuindo. Intervenções em rios continuam a ser uma ameaça crítica para a disponibilidade de água limpa.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p>6. Até 2020, as populações de invertebrados e plantas aquáticas devem ser gerenciadas e aproveitadas de maneira sustentável (1), com base na adoção de abordagem legal ecossistêmica, de maneira que a pesca em excesso seja evitada, planos e medidas de recuperação sejam implementados para todas as espécies esgotadas (2), a pesca não tenha impactos adversos significativos em espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis (3) e o impacto da pesca em estoques, espécies e ecossistemas estejam dentro dos limites ecológicos seguros (4).</p>		<p>Embora tenha ocorrido um progresso substancial em direção a esta meta em alguns países e regiões, um terço dos estoques de peixes marinhos está em estado de pesca excessiva – proporção maior do que a registrada há dez anos. Muitas atividades de pesca têm causado captura a níveis considerados insustentáveis de espécies não alvo e representam prejuízos ao habitat marinho.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p>7. Até 2020, áreas com agricultura (1), aquicultura (2) e silvicultura (3) devem ser gerenciadas de maneira sustentável, assegurando a conservação da biodiversidade.</p>		<p>Houve uma expansão substancial de esforços na promoção da agricultura, silvicultura e aquicultura sustentável nos últimos anos, por meio de abordagens agroecológicas lideradas por produtores agrícolas. O uso de fertilizantes e pesticidas se estabilizou globalmente, embora em níveis elevados. Apesar dos avanços, a diversidade biológica continua sendo reduzida em áreas destinadas à produção de alimentos e madeira. A produção agrícola continua sendo uma das principais causas da perda de biodiversidade global.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>



<p><b>8.</b> Até 2020, a poluição (1), incluindo aquela decorrente do excesso de nutrientes (2), deve estar em níveis não prejudiciais à biodiversidade e à função do ecossistema.</p>		<p>Poluição, incluindo excesso de nutrientes, pesticidas, plásticos e outros resíduos, continua sendo um dos principais impulsionadores da perda de biodiversidade. Apesar do aumento de esforços para melhorar o uso de fertilizantes, os níveis de nutrientes continuam a ser prejudiciais para os ecossistemas. Plásticos têm se acumulado nos oceanos, com impactos severos nos ecossistemas marinhos, e em outros ecossistemas com implicações ainda amplamente desconhecidas. Ações adotadas em muitos países para minimizar os resíduos de plástico não têm sido suficientes para reduzir essa fonte de poluição.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p><b>9.</b> Até 2020, espécies exóticas invasoras<sup>4</sup> (1) e rotas de introdução (2) devem estar identificadas e priorizadas; espécies prioritárias devem estar controladas ou erradicadas (3) e devem ser adotadas medidas para gerenciar as rotas (4), prevenindo a introdução e o estabelecimento de espécies exóticas invasoras.</p>		<p>Avanços foram feitos durante a última década na identificação e priorização de espécies exóticas invasoras em termos do risco que apresentam, assim como na forma de gerenciá-los. Alguns programas para erradicação de espécies de mamíferos invasoras em ilhas têm sido bem-sucedidos. No entanto, os sucessos representam apenas uma pequena proporção de todas as ocorrências de espécies invasoras. Não há evidência de diminuição do número de novas espécies exóticas.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p><b>10.</b> Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de corais (1), e outros ecossistemas vulneráveis (2) impactados pelas mudanças climáticas ou acidificação do oceano, devem ter sido minimizadas, de modo a manter sua integridade e funcionamento.</p>		<p>Múltiplas ameaças continuam a afetar os recifes de corais e outros ecossistemas vulneráveis impactados pelas mudanças climáticas e acidificação do oceano. A pesca exagerada, a poluição advinda de nutrientes e a ocupação litorânea têm agravado os efeitos do branqueamento de corais e a aceleração do risco de extinção deles. A cobertura de corais diminuiu significativamente em algumas regiões, o que tem afetado esses habitats. Outros ecossistemas também têm enfrentado impactos significativos advindos das mudanças climáticas.</p> <p><b>Esta meta não foi cumprida no prazo, 2015, e também não foi atingida até 2020.</b></p>

<sup>4</sup> Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), espécies exóticas invasoras são organismos introduzidos fora da sua área de distribuição natural e que ameaçam a diversidade biológica e os serviços ecossistêmicos. Disponível em: <https://bit.ly/3tcqyQ9>. Acesso em 03 Mai 2021.



<p><b>11.</b> Até 2020, pelo menos 17% das zonas terrestres e de águas continentais (1), e 10% das zonas costeiras e marinhas (2), especialmente áreas de importância particular para a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos (3), devem estar conservadas por meio de gerenciamento eficiente e equitativo (4), ecologicamente representadas (5), com sistemas bem conectados de áreas protegidas e outras medidas eficientes de conservação baseadas em área, e integradas em mais amplas paisagens terrestres e marinhas (6).</p>		<p>A proporção de terra e oceanos designados como áreas protegidas (AP) alcançou a meta em 2020 e poderá ser superada quando outras medidas de conservação e futuros compromissos nacionais e internacionais forem assumidos. No entanto, o avanço tem sido mais modesto quando se trata de garantir que as AP salvaguardem ao máximo áreas importantes para a biodiversidade, representativas ecologicamente, conectadas entre si e geridas de forma equitativa e eficaz.</p> <p><b>Esta meta foi parcialmente atingida.</b></p>
<p><b>12.</b> Até 2020, o desaparecimento de espécies ameaçadas de extinção deve ser prevenido (1) e sua situação de conservação, particularmente para aquelas de maior declínio, deve ser aprimorada e mantida (2).</p>		<p>As espécies continuam a se aproximar de sua extinção. No entanto, o número de extinções de pássaros e mamíferos provavelmente teria sido pelo menos duas a quatro vezes maior sem as ações de conservação que aconteceram na última década. Entre grupos taxonômicos bem avaliados, quase um quarto (23,7%) das espécies está ameaçado de extinção. As populações de animais selvagens caíram em mais de dois terços desde 1970, e continuaram em declínio desde 2010.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p><b>13.</b> Até 2020, a diversidade genética de plantas cultivadas (1) e animais domésticos e de seus parentes selvagens (2), incluindo outras espécies de importância social, econômica e cultural (3), deverá ser mantida, e devem ser desenvolvidas e implementadas estratégias para minimizar a erosão genética e proteger sua diversidade genética (5).</p>		<p>A diversidade genética de plantas cultivadas e animais domesticados continua a ser ameaçada. As espécies originais (nomeadas como selvagens) estão mal representadas em bancos de sementes, que ajudam a garantir sua conservação, e são importantes para a futura segurança alimentar. A proporção de espécies de animais domésticos que estão em risco ou extintas tem aumentado, embora a um ritmo mais lento que nos anos anteriores, o que sugere algum progresso na prevenção do declínio de espécies tradicionais. Espécies de aves e mamíferos selvagens (sem modificações genéticas) estão se aproximando da extinção.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>



<p><b>14.</b> Até 2020, ecossistemas que fornecem serviços essenciais, incluindo serviços relacionados à água, e contribuem para a saúde, sustento e bem-estar, devem estar restaurados e protegidos (1), levando em conta as necessidades da mulher, dos indígenas e das comunidades locais, dos pobres e vulneráveis (2).</p>	<p>A gauge chart with a semi-circle divided into two equal halves, labeled '1' and '2'. The needle points to the center, and the word 'STATUS' is written below the gauge.</p>	<p>A capacidade dos ecossistemas de fornecer os serviços essenciais dos quais a sociedade depende está em declínio, e, conseqüentemente, a maioria dos serviços ecossistêmicos (contribuições da natureza para as pessoas) está sendo reduzida. Em geral, comunidades carentes e vulneráveis são desproporcionalmente afetadas por esse fenômeno. Espécies de mamíferos e pássaros responsáveis pela polinização estão, no geral, se aproximando da extinção, assim como espécies usadas para alimentação e produção de medicamentos.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p><b>15.</b> Até 2020, a resiliência dos ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para os estoques de carbono devem ser ampliadas, por meio de conservação e restauração (1), incluindo restauração de, pelo menos, 15% de ecossistemas degradados (2), contribuindo, dessa forma, para mitigação da mudança climática e para adaptação e combate à desertificação.</p>	<p>A gauge chart with a semi-circle divided into two equal halves, labeled '1' and '2'. The needle points to the center, and the word 'STATUS' is written below the gauge.</p>	<p>Os avanços para cumprimento do objetivo de restaurar pelo menos 15% dos ecossistemas degradados até 2020 não ocorreram totalmente. No entanto, programas ou propostas ambiciosas de restauração estão em andamento em muitas regiões, com potencial para gerar ganhos significativos na resiliência dos ecossistemas e na preservação do estoque de carbono.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p><b>16.</b> Em 2015, o Protocolo de Nagoya sobre o Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa de Benefícios Resultantes de sua utilização deve estar em vigor (1) e operante, presente em legislação nacional (2).</p>	<p>A gauge chart with a semi-circle divided into two equal halves, labeled '1' and '2'. The needle points to the midpoint between '1' and '2', and the word 'STATUS' is written below the gauge.</p>	<p>O Protocolo de Nagoya entrou em vigor em 12 de outubro de 2014. Em julho de 2020, 126 nações participantes da CDB ratificaram o Protocolo e 87 delas implementaram medidas a nível nacional. O protocolo pode ser considerado operacionalizado.</p> <p><b>Esta meta foi parcialmente atingida.</b></p>
<p><b>17.</b> Em 2015, cada nação parte da CDB deve desenvolver (1), adotar como instrumento de política (2), e iniciar a implementação de um plano de ação (3) e uma estratégia de biodiversidade nacional, participativa e atualizada.</p>	<p>A gauge chart with a semi-circle divided into three equal parts, labeled '1', '2', and '3'. The needle points to the midpoint between '1' and '2', and the word 'STATUS' is written below the gauge.</p>	<p>Até dezembro de 2015, 69 nações apresentaram um plano nacional estratégico pela conservação da biodiversidade revisado e atualizado. Até julho de 2020, um total de 170 nações desenvolveram esse documento, ou seja, 85% dos participantes da CDB. Entretanto, a efetiva adoção e implementação de instrumentos políticos de forma participativa encontra-se em diferentes estágios entre os 170 países.</p> <p><b>Esta meta foi parcialmente atingida.</b></p>



<p><b>18.</b> Até 2020, o conhecimento tradicional, inovações e práticas de indígenas e comunidades locais relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, e seus costumes, devem estar respeitados (1), sujeitos à legislação nacional e obrigações internacionais relevantes, e totalmente integrados (2) e refletidos na implementação da CDB com a participação total e efetiva (3) de comunidades indígenas e locais, em todos os níveis relevantes.</p>		<p>Tem ocorrido um aumento no reconhecimento do valor do conhecimento tradicional, tanto em fóruns de política global quanto na comunidade científica. No entanto, apesar do avanço em alguns países, há informações limitadas indicando que o conhecimento tradicional tem sido amplamente respeitado e/ou refletido na legislação nacional relacionada à implementação da CDB, ou no quanto essas populações estão efetivamente participando desse processo.</p> <p><b>Esta meta não foi alcançada.</b></p>
<p><b>19.</b> Até 2020, o conhecimento, a base de ciência e tecnologias relacionadas à biodiversidade, seus valores, funcionamento, situação e tendências, e as consequências de sua perda, devem ser melhorados (1), amplamente compartilhados, transferidos e aplicados (2).</p>		<p>Um avanço significativo foi feito desde 2010 na geração, compartilhamento e avaliação de conhecimento e dados sobre a biodiversidade, com banco de dados, avanços na modelagem e inteligência artificial abrindo novas oportunidades para uma melhor compreensão da biosfera. No entanto, grandes desequilíbrios permanecem na localização e enfoque dos estudos e monitoramentos. A falta de informação influencia o processo de perda de biodiversidade, e a aplicação do conhecimento na tomada de decisão ainda é limitada.</p> <p><b>Esta meta foi parcialmente atingida.</b></p>
<p><b>20.</b> Até 2020, a mobilização dos recursos financeiros para implementação eficaz do Plano Estratégico para Biodiversidade 2011-2020 de todas as fontes, e de acordo com o processo consolidado e acordado na Estratégia para Mobilização de Recursos, deverá ser substancialmente superior aos níveis de 2010 (1) com o objetivo de dobrar financiamentos internacionais para países em desenvolvimento (2); incluir a biodiversidade em prioridades nacionais ou planos de desenvolvimento (3); reportar investimentos internos, demandas, lacunas, prioridades (4); preparar planos financeiros nacionais e avaliar os múltiplos valores da biodiversidade (5); e mobilizar recursos financeiros internos.</p>		<p>Houve aumento dos recursos internos para a biodiversidade em alguns países, com recursos permanecendo constantes para alguns outros ao longo da década passada. Recursos financeiros disponíveis para a conservação por meio de fluxos internacionais e oficiais praticamente dobraram. No entanto, quando todas essas fontes de financiamento são levadas em consideração, esses recursos parecem insuficientes para as necessidades. Também foram identificadas, em alguns países, lacunas na determinação de ações prioritárias, no desenvolvimento de planos nacionais de financiamento e na avaliação da conservação da biodiversidade.</p> <p><b>Esta meta foi parcialmente atingida.</b></p>



Em nível global, nenhuma das 20 Metas de Aichi foram totalmente alcançadas, embora 6 delas tenham sido parcialmente atingidas (são elas as Metas 9, 11, 16, 17, 19 e 20). Quanto aos 60 objetivos específicos, 7 foram alcançados, 38 obtiveram algum avanço, 13 não tiveram nenhum progresso, e 2 objetivos não puderam ser avaliados.

O GBO-5 aponta que os relatórios nacionais demonstraram certos avanços, ainda que insuficientes para que todas as metas fossem cumpridas. Com isso, é possível identificar lacunas tanto no compromisso firmado pelos países para adotar as Metas de Aichi quanto no comprometimento e nas ações tomadas.

Apesar das limitações mencionadas acima, **dez metas merecem destaque** pelo progresso que tiveram na última década. São elas:

1. Cerca de 100 países incorporaram os valores da biodiversidade em seus sistemas de controle e acompanhamento nacionais (**META 2**);
2. A taxa de desmatamento mundial caiu cerca de um terço em comparação com a década anterior (**META 5**);
3. Em locais em que boas práticas e políticas de gestão da pesca foram adotadas, os estoques de peixes marinhos foram mantidos ou recuperados (**META 6**);
4. Tem sido observado um número crescente de casos bem-sucedidos de erradicação de espécies exóticas invasoras em ilhas, e iniciativas têm sido desenhadas para evitar invasão e introdução dessas espécies (**META 9**);
5. Houve uma expansão significativa das áreas protegidas (AP), entre 2000 e 2020, sendo que as AP terrestres saltaram de 10% para 15%, e as AP marinhas de 3% para 5% do território global. As áreas classificadas como relevantes para a biodiversidade (em inglês, *Key Biodiversity Areas*) também aumentaram de 29% para 44% no mesmo período (**META 11**);
6. As recentes ações de conservação reduziram o número de extinções por meio de uma série de medidas, incluindo, por exemplo, a criação de áreas protegidas, as restrições de caça e o controle de espécies exóticas invasoras. Sem tais ações, a extinção de pássaros e mamíferos na última década provavelmente teria sido de duas a quatro vezes maior (**META 12**);



7. O Protocolo de Nagoya passou a vigorar e ser implementado operacionalmente em pelo menos 87 países (**META 16**);
8. Planos estratégicos e ações nacionais pela biodiversidade foram atualizados de acordo com o Plano Estratégico para Biodiversidade por 170 nações, ou seja, 85% dos participantes da CDB (**META 17**);
9. Houve um aumento substancial na disponibilização de dados e informações sobre biodiversidade aos cidadãos, pesquisadores e formuladores de políticas públicas, incluindo esforços obtidos por meio de ações de ciência cidadã (**META 19**);
10. A quantidade de recursos financeiros internacionais disponibilizados para a conservação da biodiversidade dobrou na última década (**META 20**).

## LIÇÕES APRENDIDAS A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS DE AICHI

Além desses destaques, a implementação do Plano Estratégico para Biodiversidade (2011-2020) trouxe **lições aprendidas** que podem ajudar na formulação de medidas a serem adotadas no cenário pós-2020. A seguir, destacam-se oito dessas lições:

1. São necessários esforços ainda maiores para abordar os aspectos que direta ou indiretamente causam perda da biodiversidade, por meio de uma integração maior entre as abordagens de planejamento e implementação, assim como maior interação entre os ministérios de governo, os setores econômicos e a sociedade em geral;
2. É importante fortalecer o engajamento e envolvimento dos diversos atores interessados, considerando a diversidade de gênero, o papel das populações indígenas e das comunidades locais;
3. Torna-se necessário incluir estratégias e ações em prol da conservação da biodiversidade em todos os instrumentos de política, planos e medidas governamentais;
4. Objetivos e metas devem ser bem desenhados, utilizando-se uma linguagem clara, simples e com elementos quantitativos (ou seja, de acordo com os critérios SMART: específico, mensurável, atingível, relevante e temporal);



5. Os atrasos no planejamento e na implementação de estratégias de conservação da biodiversidade precisam ser reduzidos;
6. É importante aumentar o comprometimento das nações para regular e revisar sua atuação nacional de forma mais eficaz;
7. Torna-se relevante adotar uma gestão adaptativa e baseada no aprendizado, incluindo esforços para a cooperação técnica e científica para compreensão e adoção, ou não, de decisões políticas;
8. É importante dar mais atenção e apoio aos países na implementação de medidas a favor da conservação da biodiversidade.

À vista das lições aprendidas listadas anteriormente, o 5º Panorama da Biodiversidade Global traça uma série de orientações para aprimoramento, no âmbito global, das ações e estratégias relacionadas à conservação da biodiversidade.

## Perspectivas futuras: cenários e caminhos pós-2020 e rumo a 2050

Os caminhos a serem adotados no cenário pós-2020, ou seja, as estratégias de longo prazo, considerando como horizonte o ano de 2050, para questões relacionadas à biodiversidade, fazem parte do que a Convenção sobre a Diversidade Biológica chama de **visão 2050**, intitulada “*Viver em harmonia com a natureza*”. Esses caminhos começaram a ser pensados no 4º Panorama da Biodiversidade Global (GBO-4) e são baseados em pesquisas que abordam a viabilidade de reverter tendências atuais de perda de diversidade biológica e de recuperação desses recursos naturais. Também foram considerados estudos e modelagens provenientes da IPBES. Ao final, foram definidos **oito caminhos de transição** para uma coexistência mais sustentável entre sociedade e natureza.

Estudos e projeções apontam que, se continuarmos na atual trajetória de utilização, extração e exploração dos recursos naturais, todos serão afetados, mas, em particular, as consequências serão mais intensas e drásticas para comunidades indígenas, tradicionais e de baixa condição socioeconômica.

Por outro lado, apesar do fracasso no cumprimento das Metas de Aichi, as evidências



científicas apontam que ainda há tempo para desacelerar, parar e, eventualmente, reverter as tendências atuais de declínio da biodiversidade. As ações necessárias para essa reviravolta ou, em outras palavras, para reverter a curva de diminuição da diversidade biológica, devem ser consistentes e estão alinhadas aos objetivos e metas estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e no Acordo de Paris pelo Clima.

Em resumo, para a realização da visão 2050 “*Viver em harmonia com a natureza*”, é preciso implementar **uma série de ações combinadas** nas seguintes áreas:

- Os esforços para conservar e restaurar a biodiversidade precisam ser adotados em todos os níveis, usando abordagens que consideram o contexto local. Essas ações precisam combinar o aumento da extensão e da efetividade das áreas protegidas conectadas entre si, assim como a adoção de outras medidas efetivas de conservação, a restauração em larga escala de habitats degradados, e o aprimoramento das condições da natureza em áreas agrícolas, urbanas e litorâneas;
- O aumento da temperatura do planeta precisa ficar abaixo de 2°C e próximo de 1,5°C em relação ao nível pré-industrial, para prevenir os impactos da mudança climática causados à biodiversidade. Nesse cenário, a conservação e a restauração dos ecossistemas podem desempenhar um papel essencial. As "soluções baseadas na natureza", por exemplo, podem ser uma parte importante na adaptação às mudanças climáticas;
- Medidas eficazes precisam ser tomadas para evitar a perda de biodiversidade, incluindo o controle de espécies exóticas invasoras, da poluição e da exploração insustentável dos recursos naturais, especialmente em ecossistemas marinhos e de águas interiores;
- Transformações na produção de bens e serviços precisam ser realizadas, especialmente relacionadas à alimentação. Isso inclui a adoção de métodos que podem atender à demanda mundial com menor impacto ao meio ambiente, além da redução de conversão de novas áreas para atividades agropecuárias;
- Mudanças também são necessárias para diminuir a demanda por produção de alimentos, por exemplo, por meio da adoção de dietas mais saudáveis e pela redução do desperdício e do uso de recursos naturais, tais como consumo de energia e de água.



Cada uma dessas ações está relacionada a mudanças estruturais e que exigem inovação, que precisam ser implementadas a curto prazo e envolvem diversos atores de todas as esferas e setores da sociedade. Entretanto, é importante reforçar que tais iniciativas precisam ser adotadas de forma combinada e conectadas entre si. Caso contrário, não serão capazes de ajudar a reverter a perda de biodiversidade.

A visão 2050, portanto, não é composta por um único caminho de transição ideal. Isso se aplica igualmente a todas as regiões e a todas as circunstâncias. Dessa forma, foram construídos oito caminhos de transição para a sustentabilidade, disponíveis no Quadro 2 abaixo. Essas direções devem ser adotadas considerando as condições e prioridades locais. Por isso, constituem uma estrutura flexível e adaptável a cada realidade, para acomodar uma variedade de condições e valores internacionais.

**QUADRO 2.** Caminhos para uma transição global para a sustentabilidade - rumo à visão 2050

Transição	Breve descrição
Uso do solo	Tem como foco a conservação de ecossistemas intactos, a restauração, o combate e a reversão da degradação e a aplicação de planejamento espacial para reduzir e minimizar as ações de mudança do uso do solo. Este caminho reconhece o valor e os benefícios de habitats bem conservados para a biodiversidade e para a provisão de serviços ecossistêmicos para a sociedade. Além disso, reforça que a segurança alimentar não precisa estar atrelada à conversão de grandes extensões de florestas em áreas para outros fins, como, por exemplo, a produção agrícola e pecuária.
Água potável	Baseia-se numa abordagem integrada que garanta a quantidade de água necessária para a natureza e para as pessoas, por meio de melhorias na qualidade da água, da proteção de habitats críticos, do controle de espécies exóticas invasoras, e da proteção e recuperação de ecossistemas conectados que fornecem recursos hídricos. Este caminho de transição reconhece a importância da biodiversidade para a manutenção e as múltiplas funções da água para a vida humana e para os processos naturais que incluem a conectividade entre ambientes terrestres e marinhos.
Pesca e oceanos	Tem como objetivo a proteção e restauração dos ecossistemas marinhos e costeiros para a pesca e demais usos dos oceanos a fim de garantir a sustentabilidade desses ambientes, assim como aumentar a segurança alimentar e os meios de subsistência. Este caminho reconhece a dependência a longo prazo de alimentos marinhos e outros benefícios advindos dos oceanos para a manutenção e equilíbrio dos ecossistemas.



Agricultura sustentável	Tem como base a mudança do sistema agrícola para sistemas agroecológicos e outras abordagens inovadoras com o objetivo de aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, minimizar os impactos negativos causados à biodiversidade. Este caminho de transição reconhece o papel da biodiversidade, incluindo os polinizadores, os organismos que atuam no controle de pragas e doenças, a diversidade genética e a qualidade do solo como benéficos para a produção agrícola resiliente e que faça uso eficiente da terra, da água e de outros recursos.
Alimentação	Está vinculada a uma dieta alimentar saudável e sustentável, com maior ênfase em vegetais e plantas, e um consumo moderado de carne e peixe, assim como uma redução significativa de perdas no processo de distribuição e consumo de alimentos. Esta transição reconhece os benefícios nutricionais de uma dieta composta por diversos alimentos e seus respectivos sistemas de produção, além da necessidade de reduzir a pressão pela demanda global, e, ao mesmo tempo, garantir a segurança alimentar em todas as dimensões, qualitativa e quantitativa.
Cidades e infraestrutura	Está relacionada à implantação de "infraestrutura verde <sup>5</sup> " e abertura de espaços para natureza dentro de paisagens construídas para melhorar a saúde e qualidade de vida dos cidadãos e para reduzir os impactos ambientais das cidades e de suas infraestruturas. Esta transição reconhece a dependência das comunidades urbanas em relação aos ecossistemas para sustentar a população humana concentrada nas cidades, além das conexões entre as cidades e os ecossistemas próximos e distantes, e da importância de ordenamento do território para reduzir os impactos negativos da expansão urbana sobre a biodiversidade.
Ações climáticas	Baseia-se no emprego de "soluções baseadas na natureza", aliadas à eliminação progressiva do uso de combustível fóssil, para reduzir a escala e os impactos das mudanças climáticas, enquanto fornece benefícios positivos para a biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável. Esta transição reconhece o papel da biodiversidade na capacidade da biosfera em mitigar as alterações climáticas por meio do estoque e sequestro de carbono, permitindo a adaptação por meio de ecossistemas resilientes, bem como a necessidade de promover energia renovável, evitando impactos negativos sobre a biodiversidade.
Saúde	Está baseado na ideia de administrar ecossistemas, incluindo os agrícolas e urbanos, bem como os habitats de vida selvagem, por meio de uma abordagem integrada, para promover ecossistemas saudáveis e pessoas saudáveis. Esta transição reconhece a gama completa de ligações entre a biodiversidade e todos os aspectos da saúde humana e aborda as causas comuns de perda de biodiversidade, risco de doenças e problemas de saúde.

FONTE: Elaborado pelo Instituto Semeia a partir de CDB, 2020 (GBO-5).

<sup>5</sup> Saiba mais sobre infraestrutura verde na 11ª edição de Parques&Sociedade: "O cenário atual e pós-Covid-19 como oportunidade para a ressignificação das áreas verdes urbanas", disponível aqui.



Já existem vários exemplos incipientes dessas transições, que, se aumentadas, replicadas, e apoiadas por medidas de toda a economia, poderiam fomentar, auxiliar e impulsionar mudanças transformadoras e tão necessárias para alcançar a visão de passarmos a viver em harmonia com a natureza até 2050.

## Considerações finais

Conforme abordado nesta edição de *Parques&Sociedade*, apesar dos pequenos avanços observados no cumprimento de algumas Metas de Aichi, a década da Biodiversidade (2011-2020), assim intitulada pela Organização das Nações Unidas (ONU), desperta um alerta quanto ao ritmo em que a humanidade tem explorado e utilizado seus recursos naturais. Isso significa que podemos comprometer a nossa sobrevivência e a de gerações futuras se nada for feito para reverter o cenário de perda de biodiversidade.

Esta mudança de rota, segundo alguns estudos e especialistas, ainda é possível se medidas forem adotadas de forma efetiva, integrada e combinada. Ou seja, aliando as diversas áreas do conhecimento e da ciência no que diz respeito à adoção de métodos e práticas que sejam capazes de atender à demanda mundial de consumo com menor impacto ambiental.

Também é necessário que aconteçam mudanças estruturais, comportamentais, e a utilização de tecnologias mais eficientes e sustentáveis. Isso exige, portanto, o envolvimento de toda a sociedade e, principalmente, de lideranças comprometidas e conscientes que atuem na formulação, aplicação e avaliação de políticas públicas que tenham como objetivo equilibrar o desenvolvimento socioeconômico e a conservação da biodiversidade.

Neste sentido, agendas diplomáticas internacionais, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 2030 e o Acordo de Paris, em debate no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, são a esperança de que o mundo possa estar no caminho certo.

Por fim, o **Dia Internacional da Biodiversidade** nos lembra que é preciso valorizar e cuidar dos recursos naturais que nos permitiram chegar até aqui. Não podemos perder tempo e esforços na adoção de ações e estratégias nos âmbitos global, nacional e local que visem conservar, restaurar e recuperar esses recursos. Esperamos, assim, que os caminhos escolhidos rumo a 2050 possam nos levar a atingir plenamente a visão de vivermos em harmonia com a natureza. 🌱



## Publicação de referência

CDB - Convenção sobre a Diversidade Biológica. **5ª edição do Panorama Global da Biodiversidade**. 2020. Disponível em: <https://www.cbd.int/gbo5>. Acesso em: 16 abr. 2021.

## Demais referências

JORNAL DA USP. Década da Biodiversidade termina sem nenhuma meta cumprida. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/decada-da-biodiversidade-termina-sem-nenhuma-meta-cumprida/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

O Eco. Dicionário Ambiental. O que é a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28347-o-que-e-a-convencao-sobre-a-diversidade-biologica/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

WWF (2020) Índice Planeta Vivo 2020 – Reversão da curva de perda de biodiversidade. Disponível em: <https://f.hubspotusercontent20.net/hubfs/4783129/LPR/PDFs/Brazil%20FINAL%20summary.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Plataforma Intergovernamental – IPBES. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biodiversidade/economias-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade/publica%C3%A7%C3%B5es-e-v%C3%ADdeos/item/15328-plataforma-intergovernamental-ipbes.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.



## Créditos | Imagens da capa

Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha (PE) | Rafa Tecchio / CC BY-SA 3.0

Parque Estadual Cantareira (SP) | Apolosales / CC BY-SA 3.0

Lago de Furnas, Capitólio (MG) | João Paulo Domingos Terrazam / CC BY-SA 4.0

Parque Estadual do Jalapão (TO) | Pedro Henrique Álvares / CC BY-SA 3.0

Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ) | Guilherme Haruo / CC BY-SA 4.0

Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha (PE) | Rafael Nicolaidis / CC BY-SA 4.0

Leonardo Ramos / CC BY-SA 4.0

Ricardo Ferreira Esteves / CC BY-SA 4.0

Parque Estadual Terra Ronca (GO) | Caio Ribeiro / CC BY-SA 3.0

Poty2002 / CC BY-SA 4.0

Artur Warchavchik / CC BY-SA 3.0

Canyo Realengo (SC) | Felipe José Ferreira / CC BY-SA 3.0

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA) | Roberto Costa Pinto / CC BY-SA 4.0

Parque Nacional do Catimbau (PE) | Fran.oliver / CC BY-SA 4.0

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA) | Julius Dadalti / CC BY-SA 4.0



## Sobre SEMEIA

O Semeia é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 2011 para transformar os parques em motivo de orgulho para as brasileiras e os brasileiros. Nosso trabalho está focado no desenvolvimento de modelos de gestão e projetos que unam governos, sociedade civil e iniciativa privada na conservação ambiental, histórica e arquitetônica de parques públicos. Além disso, acreditamos na transformação dessas áreas verdes em espaços produtivos, geradores de emprego, renda e oportunidades para as comunidades do entorno, aliados à função de serem provedores de lazer, bem-estar e qualidade de vida.

Acesse: [www.semeia.org.br](http://www.semeia.org.br) e conheça mais sobre o nosso trabalho!

Acompanhe-nos também pelas redes sociais:  

## Veja as outras publicações da série:



DOWNLOAD



DOWNLOAD



DOWNLOAD



DOWNLOAD



DOWNLOAD

A série completa você encontra

[AQUI](#)

Nº12 | 2021

EIXO  
Conservação

# Parques & Sociedade

**REALIZAÇÃO:**



**APOIO:**

Por ordem do



Ministério Federal  
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza  
e Segurança Nuclear

Por meio da:

**giz**

Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

da República Federal da Alemanha